

ADP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA O
EDIFÍCIO – SEDE ÁGUAS DE PORTUGAL**

2022_030CP

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ABRIL DE 2022

Índice

Artigo 1.º	Objeto do Procedimento	2
Artigo 2.º	Entidade adjudicante.....	2
Artigo 3.º	Órgão que tomou a decisão de contratar	2
Artigo 4.º	Plataforma eletrónica	2
Artigo 5.º	Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento	2
Artigo 6.º	Documentos que constituem as propostas	3
Artigo 7.º	Apresentação de propostas variantes	4
Artigo 8.º	Prazo para a apresentação das propostas	4
Artigo 9.º	Modo de apresentação das propostas	4
Artigo 10.º	Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	5
Artigo 11.º	Critério de adjudicação e critério de desempate.....	5
Artigo 12.º	Causas de exclusão	6
Artigo 13.º	Documentos de habilitação	6
Artigo 14.º	Caução	8
Artigo 15.º	Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário	9
Artigo 16.º	Celebração do Contrato	9
Artigo 17.º	Dados pessoais	9
ANEXO I DEUCP		11
ANEXO II Proposta de Preço.....		13
ANEXO III Nota justificativa do preço.....		16
ANEXO IV Modelo de Declaração do Adjudicatário		18
ANEXO V Declaração de Responsabilidade Social		19

Artigo 1.º

Objeto do Procedimento

O presente concurso público tem por objeto a aquisição de serviços de vigilância e segurança para o edifício – sede da Águas de Portugal.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

O presente concurso público é promovido pela **AdP Valor - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.**, adiante designada por **AdP VALOR**, com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 505 296 950, com capital social de €50.000,00 (*cinquenta mil euros*), telefone: +351 212 469 400, fax: +351 212 469 401, website www.adp.pt, correio eletrónico compras@adp.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi adotada em **26 de abril de 2022**, por deliberação do Órgão Competente da AdP VALOR.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia **06 de maio de 2022**.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia **16 de maio de 2022**.

3. O Conselho de Administração da AdP VALOR pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia **16 de maio de 2022**.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido de acordo com as instruções constantes no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento;
 - b) Declaração de Proposta de Preço, elaborada em conformidade com a declaração constante do **ANEXO II** ao programa do procedimento;
 - c) Nota justificativa do preço proposto, elaborada em conformidade com o **ANEXO III** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante (utilizando para o efeito o ficheiro Excel “AdP - PP – ANEXO III – Nota justificativa do Preço”, preenchendo as células a cinzento);
 - d) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
 - e) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelo instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia **26 de maio de 2022**.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. Todos os documentos que constituem as propostas, incluindo os documentos em formato Excel, devem obrigatoriamente ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não sendo bastante para o efeito a mera assinatura de ficheiro ou pasta em que os documentos estejam contidos, agrupados ou compactados.
3. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
4. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
5. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os nrs. 1 e 3 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos nrs. 3 e 4 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do

agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo.
2. Caso seja ordenada no mesmo lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor global para a tipologia de serviço “*Posto 1 - Entrada principal do edifício*” indicada na proposta de preço apresentada em conformidade com o **ANEXO II** ao Programa de Procedimento.
 - b) Caso a situação de empate subsista serão considerados, de forma sucessiva, os preços apresentados para as restantes componentes individuais dos serviços, pela ordem elencada no **ANEXO II** do Programa do Procedimento.
3. Se, da aplicação dos critérios definidos nas alíneas do número anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, a assegurar através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro, nos seguintes termos:
 - i. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas, com uma antecedência mínima de 2 (*dois*) dias, da data, da hora e das condições da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;

- iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;
- v. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 12.º

Causas de exclusão

Sem prejuízo das demais causas de exclusão das propostas legalmente previstas, serão excluídas as propostas:

- a) Que não sejam constituídas pela proposta de preço, e/ou nota justificativa exigidas no artigo 6.º do presente Programa de Procedimento ou que apresentem tais documentos preenchidos de forma incompleta;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c) Cujos preços unitários propostos ultrapassem os respetivos preços máximos unitários estipulados no **ANEXO II** do Caderno de Encargos;
- d) Que conduzam à impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- e) Que levariam a que o contrato a celebrar implicasse a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, designadamente por apresentação de preços inferiores aos preços mínimos resultantes das vinculações legais e regulamentares aplicáveis ao setor de atividade do objeto do contrato;
- f) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO IV** ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;
- b) Alvará A para a prestação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação atual, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- c) Alvará C para a prestação de serviços previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação atual, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- d) Fotocópias dos cartões profissionais dos vigilantes que o adjudicatário vai afetar à execução do contrato, emitidos nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação atual;
- e) Apólices de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente aos vigilantes que o adjudicatário vai afetar à execução do contrato;
- f) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- g) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:

- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), f), g), e h) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.

3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas f), g) e h) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO V** ao presente programa, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 14.º

Caução

Não é exigida ao adjudicatário a prestação de caução para a celebração do contrato.

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para o outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 17.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela **AdP VALOR**, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A **AdP VALOR** garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.

4. A **AdP VALOR** garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

ANEXO I

DEUCP

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º do programa]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>.

As Partes I, II e III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes.

Os concorrentes devem preencher as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Na parte I do formulário-tipo, o concorrente deve indicar, em conformidade com o ecrã abaixo:

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação ▼

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do anúncio no índice do JO:

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

- o número da publicação no Jornal Oficial da União Europeia, com a seguinte estrutura (cfr exemplo abaixo: 2021/S 172-448578);

JO/S S172
06/09/2021
448578-2021-PT

1 / 12

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udf?uri=TED:NOTICE:448578-2021:TEXT:PT:HTML>

Portugal-Lisboa: Produtos de plástico
2021/S 172-448578

Anúncio de concurso

O anúncio publicado no JOUE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

- o número do Jornal Oficial Nacional, corresponde ao número do procedimento publicado no Diário da República Eletrónico, com a seguinte nomenclatura []/[]/2021, cfr exemplo abaixo:

PARTE L — CONTRATOS PÚBLICOS

ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S. A.

Anúncio de procedimento n.º 11394/2021

O anúncio publicado no DRE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

ANEXO II

Proposta de Preço

[a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 6.º do programa]

_____ [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de _____ [qualidade em que subscreve a declaração] da _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento], notificado do convite de ____/____/2022 [data do envio do convite], formulado pela AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A., para a apresentação de proposta para a celebração de contrato de “**Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança para o edifício – sede da Águas de Portugal**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Declara, ainda, que o **preço global anual** do referido contrato é de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismo e por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, determinado pela aplicação dos preços unitários propostos pelo número de horas base e quantidades estimadas indicadas nas tabelas A e B abaixo discriminado:

A) Prestação de Serviços de vigilância humana em regime normal:

Posto de trabalho Prestação de Serviços em Regime Normal	Horário	Período / Atributo de Preço		N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Número de Vigilantes	Total/ano
Posto 1 - Entrada principal do edifício	08h00/20h00	todos os dias úteis do ano	PHNd	3 000,00	8,30 €			0,00 €
Posto 2 - Garagem	00h00/24h00	todos os dias do ano/dia	PHNd	5 265,00	8,30 €			0,00 €
		todos os dias do ano/noite	PHNn	3 159,00	10,00 €			0,00 €
		todos os dias feriado do ano/dia	PHNdf	210,00	12,00 €			0,00 €
		todos os dias feriado do ano/noite	PHNnf	126,00	14,00 €			0,00 €
Posto 3 - Garagem/Móvel rondas	09h00/21h00	todos os dias úteis do ano	PHNd	3 000,00	8,30 €			0,00 €
Valor Anual da Prestação de Serviços em Regime Normal								0,00 €

B) Prestação de serviços de vigilância extra, ocasional e serviços de piquete:

Prestação de serviços de vigilância extra	Período / Atributo de Preço		N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de serviços de vigilância extra	dias do ano/dia	PHEd	275,00	12,00 €		0,00 €
	dias do ano/noite	PHEn	77,00	14,00 €		0,00 €
	dias feriados do ano/dia	PHEdf	5,00	19,00 €		0,00 €
	dias feriados do ano/noite	PHEnf	3,00	23,00 €		0,00 €
Valor Anual da Prestação de Serviços de Vigilância Extra (solicitados se necessário)						0,000 €

Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos	Período / Atributo de Preço		N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos	dias do ano/dia (excluindo feriados)	PHEd	48,00	15,50 €		0,00 €
	dias do ano/noite (excluindo feriados)	PHEn	13,00	18,50 €		0,00 €
Valor Anual da Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos (solicitados se necessário)						- €

Serviços de Piquete	Tipo / Atributo de Preço		Quantidades estimadas	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de Serviços de Piquete	Preço de Envio de Piquete de Intervenção em caso não justificado (por chamada)	PPI	9,00	20,00 €		0,00 €
	Preço por hora de permanência do piquete de intervenção junto das instalações	PPP	19,00	12,00 €		0,00 €
Valor Anual da Prestação de Serviços de Piquete (solicitados se necessário)						- €

Sendo que:

PHNd = Preço hora/homem do serviço normal diurno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)

PHNn = Preço hora/homem do serviço normal noturno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)

PHNdf = Preço hora/homem do serviço normal diurno de vigilância em dias feriados

PHNnf = Preço hora/homem do serviço normal noturno de vigilância em dias feriado

PHEd = Preço hora/homem do serviço extra diurno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)

PHEn = Preço hora/homem do serviço extra noturno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)

PHEdf = Preço hora/homem do serviço extra diurno de vigilância em dias feriados

PHEdf = Preço hora/homem do serviço extra diurno de vigilância em dias feriados

PHEnn = Preço hora/homem do serviço extra noturno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)

PPI = Preço de envio de piquete de intervenção em caso não justificado (por chamada)

PPP = Preço por hora de permanência do piquete de intervenção junto das instalações

C) Valor global da proposta

Resumo da Proposta		
Descrição do Serviço	Ano	3 Anos
Valor da Prestação de Serviços em Regime Normal	- €	- €
Valor da Prestação de Serviços de Vigilância Extra (solicitados se necessário)	- €	- €
Valor da Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos (solicitados se necessário)	- €	- €
Valor Anual da Prestação de Serviços de Piquete (solicitados se necessário)	- €	- €
Valor Total	- €	- €

_____ [local], _____ [data], _____ [assinatura]

Assinatura (nos termos dos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)

ANEXO III

Nota justificativa do preço

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 6.º do programa do procedimento]

O concorrente declara que os preços por hora apresentados na Proposta de Preço indicada no **ANEXO II** ao Programa do Procedimento para a celebração de contrato de aquisição de serviços de vigilância e segurança têm por base os seguintes custos:

I. Custos diretos com o trabalho:

Serviço Normal - Remuneração /Valor hora				
Componentes	Diurna	Noturna	Diurna Dias Feriados	Noturna Dias Feriados
Remuneração base				
Férias				
Subsídio de Férias				
Subsídio de Natal				
Segurança Social				
Subsídio de alimentação				
Total Hora (1)	- €	- €	- €	- €

Serviços extra (não planeados)/Remuneração /Valor hora				
Componentes	Diurna	Noturna	Diurna Dias Feriados	Noturna Dias Feriados
Remuneração base				
Férias				
Subsídio de Férias				
Subsídio de Natal				
Segurança Social				
Subsídio de alimentação				
Total Hora (2)	- €	- €	- €	- €

Serviços extra (eventos)//Remuneração /Valor hora				
Componentes	Diurna	Noturna	Diurna Dias Feriados	Noturna Dias Feriados
Remuneração base				
Férias				
Subsídio de Férias				
Subsídio de Natal				
Segurança Social				
Subsídio de alimentação				
Total hora (3)	- €	- €	- €	- €

II. Outros custos relacionados com o trabalho:

Outros custos relacionados com o trabalho/Valor hora	
Absentismo remunerado	
Crédito de formação	
Seguro de acidentes de trabalho	
Seguro de responsabilidade civil	
Fardamento e outros materiais de serviço	
Custos com Saúde e Segurança no Trabalho	
Provisões de férias e subsídios (ano de entrada)	
Recrutamento, formação e estágio	
Coordenação e controlo operacional	
Total (4)	- €

Outros custos do serviço/Valor hora	
Custos de estrutura e de serviços	
Margem Comercial	
Total (5)	- €

Total outros custos (4+5)	- €
----------------------------------	------------

(disponibilizado em ficheiro excel - preencher as células a cinzento)

ANEXO IV

Modelo de Declaração do Adjudicatário

[a que se refere a alínea a) n.º I do artigo 12.º do programa do procedimento]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do **CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA O EDIFÍCIO - SEDE DA ÁGUAS DE PORTUGAL**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO V

Declaração de Responsabilidade Social

[a que se refere o n.º 9 do artigo 12.º do programa do procedimento]

(*Empresa*), com sede na (*morada*), contribuinte n.º (*.....*), representada por (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdP venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;

- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a AdP de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 2022

Assinaturas